TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

05/02/2026

SUMÁRIO

Daniel critica governo federal ao defender alta da despesa na gestão | O Popular 3

Daniel critica governo federal ao defender alta da despesa na gestão | O Popular

Visualização da notícia

Daniel critica governo federal ao defender alta da despesa na gestão

Vice-governador afirma que o estado não tem que acumular recursos, destacando que o Propag amplia restrições fiscais, após gastos superarem a receita

Gabriel Neves

4 de fevereiro de 2026 às 21:51

Modificado em 04/02/2026, 22:08

Daniel Vilela durante a entrega de vans: limitações fiscais a investimentos (Fábio Lima / O Popular)

ouvir matéria

O vice-governador Daniel Vilela (MDB) criticou nesta quarta-feira (4) o regramento da política fiscal imposta pelo governo federal para investimentos e defendeu que o objetivo do estado não é o de acumular caixa, mas "gastar e gastar bem, com qualidade". A fala foi feita após reportagem do POPULAR mostrar, na segunda-feira (2), que a despesa do Estado cresceu mais do que a receita entre 2019 e 2025 - período que compreende os sete anos de gestão de Ronaldo Caiado (PSD).

"O regramento de política fiscal imposto pelo Poder Executivo federal a nós, estado s e municípios, que tem por parte do Tesouro (Nacional) uma lógica que não deveria ser a lógica a balizar as políticas públicas do nosso País", afirmou Daniel, citando matéria publicada "em jornal de circulação diária no Estado", em evento de entrega de vans para assistência social nos 246 municípios goianos, no Centro Cultural Oscar Niemeyer (CCON), em Goiânia.

"O Tesouro ranqueia os Estado s e municípios de acordo com a qualidade de sua gestão financeira, e aí ele impõe uma série de condições para a gente chegar no nível A - um deles é que o estado tenha uma poupança robusta, porque senão você perde essa condição", completou.

O vice-governador afirmou que, com as condições impostas, ocorrem limitações em promover investimentos. E citou que a adesão de Goiás ao Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos

Estados (Propag) amplia essas restrições. "Agora, eu pergunto para vocês, qual é a função do Estado brasileiro? A gente tem a função de ser banco, de ganhar dinheiro aplicando no mercado financeiro, de ganhar dinheiro com juros? Não é isso a nossa função. A função nossa é gastar e gastar bem, com qualidade, e é exatamente isso que o nosso governo promoveu ao longo dos últimos anos - e de forma especial o gasto social, que tem chegado lá na ponta", declarou Daniel.

Poupança

Entretanto, em maio de 2025, o governo de Goiás criou o Fundo de Estabilização Econômica de Goiás (FEG), anunciado pelo governador Ronaldo Caiado (UB) como uma "poupança" para casos de crise e para evitar novo cenário de desequilíbrio nas contas. No anúncio, em coletiva no Palácio das Esmeraldas em 20 de março, Caiado falou em "vacina contra vírus do governo Lula" e em "vitrine para o Brasil", apontando que a inovação de seu governo era "iniciativa inédita" para evitar desestabilização financeira

Como mostrou O POPULAR , na evolução dos números desde o primeiro ano de mandato até 2025, houve aumento de 34% nos gastos e de 19% nas receitas. Com o salto nas despesas de 2025, ano pré-eleitoral, o governo fechou o período com balanço financeiro no vermelho pela primeira vez nos mandatos.

Dados da Secretaria de Estado da Economia mostram que déficit primário foi de R$ 4,4 bilhões, número que considera as receitas e as despesas primárias, que foram de R$ 43,8 bilhões e de R$ 48,2 bilhões, respectivamente. O resultado primário não inclui, por exemplo, números dos juros da dívida.

Diante de um auditório lotado de prefeitos e representantes dos 246 municípios goianos, o vice exaltou a política municipalista da gestão atual, citou programas de infraestrutura, educação, saúde e assistência social como exemplos dessa relação, e, sem citar nomes, criticou as políticas adotadas "pelo governo anterior".

"Agora em dezembro, José Délio, Paulo Vitor (Avelar) e eu trabalhamos junto a Tribunal de Contas do Estado para poder anistiar e declarar prescrição de muitos prefeitos que no governo passado assinaram um convênio para receber dinheiro de asfalto e até hoje não chegou dinheiro e o processo administrativo foi aberto pelos prefeitos. Muitos me citaram que iniciaram obra e o recurso não chegou", afirmou o vice, exemplificado as críticas.